

HABITAÇÃO EM FORTALEZA: EXPRESSÃO DA CONTRADIÇÃO URBANA¹

HOUSING IN FORTALEZA: EXPRESSION OF URBAN CONTRADICTION

VIVIENDA EN FORTALEZA: LA EXPRESIÓN DE LA CONTRADICCIÓN URBANO

Anna Emília Maciel Barbosa²

emiliamaciel@yahoo.com.br

RESUMO

A falta de habitação adequada é um problema grave nas cidades brasileiras, e aliado a esta questão estão a insuficiência de serviços e infraestruturas e o uso restrito da cidade. O desigual acesso a habitação, bem como ao espaço urbano, produz cidades fragmentadas, com a ocorrência do fenômeno da segregação socioespacial. O habitar para Lefebvre é um ato que ultrapassa os limites da casa, pois é algo que abrange assim o espaço vivido. Esta prática, que é um direito do povo brasileiro, no entanto, vem sendo suprimida das classes mais pobres. Em Fortaleza, a problemática habitacional é uma realidade desde o início do século XX, que persiste e manifesta a perversidade do modo de produção vigente. Além disso, a forma como o espaço da cidade foi sendo organizado revelou uma segregação socioespacial, porém, com a presença de favelas em muitos bairros destinados às camadas de alto e médio rendimento. Este artigo busca, deste modo, analisar a questão habitacional em Fortaleza, destacando suas contradições e singularidades. Para tanto realizou-se uma revisão de literatura acerca do tema abordado, bem como, coleta de dados a partir de documentos e do Censo 2010 do IBGE

Palavras-chave: Habitação. Segregação socioespacial. Contradição urbana.

ABSTRACT

The lack of adequate housing is a serious problem in Brazilian cities, along with the lack of services and infrastructure, and the limited use of the land in the city. The unequal access to housing and urban space produces fragmented cities, with the occurrence of the phenomenon of social and spatial segregation. The habitat for Lefebvre is beyond the limits of the house, because covers the entire lived space. This right of the Brazilian people, however, has been neglected to the poorest classes. In Fortaleza, the housing problem is a fact since the early twentieth century, persisting and expressing the cruelty of the actual mode of production. Also, the urban space organization revealed a socio-spatial segregation, with slums in many neighborhoods destined for social groups of high and medium incomes. This article aims, therefore, at analyzing the housing issue in Fortaleza, pointing out contradictions and singularities. A

¹ O Artigo constitui parte dos resultados apresentados na dissertação "Questão da habitação: territórios, poder e sujeitos sociais no Conjunto Vila Velha, Fortaleza, Ceará" (2009).

² Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará, atualmente cursando doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Ceará. Professora do Município de Fortaleza.

literature review was performed, and historical documents and IBGE data of this subject were additionally collected.

Keywords: Housing. Socio-spatial segregation. Urban contradiction.

RESUMEN

La falta de viviendas adecuadas es un gran problema en las ciudades brasileñas, y añadido a esto están la falta de servicios e infraestructura y el uso restringido del territorio urbano. La desigualdad en el acceso a las viviendas y a el espacio urbano, produce ciudades fragmentadas, con el surgimiento del fenómeno de la segregación socioespacial. Lefebvre propone que el habitar es un acto que va más allá de vivir en una casa, porque es algo que cubre el espacio vivido. Esta práctica, que es un derecho del pueblo brasileño, sin embargo, ha sido negada de la clase más pobres. En Fortaleza, el problema de la vivienda es una realidad desde comienzos del siglo XX, persistiendo y expresando la perversidad del modo actual de producción. Además, la organización del espacio urbano ha traducido una segregación socioespacial, aunque, con la presencia de los barrios marginales adentro de muchos barrios destinados a los grupos sociales con ingresos altos y medios. Este artículo intenta, por lo tanto, analizar la temática de la vivienda en Fortaleza, subrayando sus contradicciones y particularidades. Para ello, se realizó una revisión de la literatura acerca del tema, además datos de los documentos históricos y del censo del IBGE de 2010 fueron colectados.

Palabras clave: Vivienda. Segregación socioespacial. Contradicción urbana.

1. INTRODUÇÃO

Habitar é uma necessidade indispensável do indivíduo, no entanto, nas cidades, a questão da falta de moradia aparece como um problema complexo de organização espacial. A necessidade de morar faz com que a sociedade produza o espaço desigualmente, construindo assim uma cidade cheia de contradições. Uma das contradições centrais, que se manifesta no setor imobiliário e habitacional, ocorre através do par “cidade legal” x “cidade ilegal”³ por exemplo. Na produção do espaço urbano, essa contradição é a fonte geradora de exclusão e de desigualdades no acesso à habitação.

A habitação, deste modo, é a forma mais clara de se identificar a segregação socioespacial nas cidades. Esse processo de concentração de pessoas de um determinado nível de renda em áreas na cidade é comum nas

³ Este par foi utilizado por Maricato (2003), quando classificou setores da cidade em espaços cujos habitantes possuem o termo de propriedade da terra (cidade legal) e onde os moradores não possuem a posse legal da terra, em geral, residentes em áreas de ocupação (cidade ilegal).

grandes cidades e ocorre em função da apropriação desigual do solo urbano por grupos de indivíduos, conforme seu poder de compra. Concorde-se com Carleial e Araújo (2010) quando estas afirmam que “a cidade é a materialização das desigualdades sociais nos diversos modos de morar, de trabalhar, de locomover-se, de acesso a infraestrutura e ao lazer” (p.51). É importante ressaltar, que envolvidos neste processo estão vários sujeitos como o Estado, o capital e os moradores, que vão modelando a cidade conforme seus interesses e necessidades.

O problema concernente à habitação, em Fortaleza, se coloca no contexto urbano do século XX, ao passo que noutras cidades brasileiras, como no Rio de Janeiro, os primeiros aglomerados de favela datam do século XIX, de acordo com Blanco Junior (2006). Foi durante o desenvolver da indústria no país que se experimentou uma intensa urbanização das cidades, em que o problema habitacional ganha maiores proporções. Em Fortaleza, entretanto, o problema habitacional é anterior a nossa industrialização tardia. Na atualidade, o déficit habitacional brasileiro é persistente, demonstrando a inadequação das políticas públicas e, principalmente, a perversidade do modelo econômico.

Este trabalho objetiva analisar a questão habitacional, a partir do entendimento de Lefebvre e de outros autores que o seguem, buscando revelar suas contradições e singularidades. Este estudo possui grande relevância, pois apesar de abordar um assunto bastante discutido no meio acadêmico e entre planejadores urbanos, ainda está presente na realidade brasileira e parece longe de ser resolvido.

O Habitar a cidade

As grandes cidades são o lugar onde se encontram expostas as contradições resultantes da lógica capitalista, já que ao mesmo tempo que se apresentam modernas e belas, demonstram também altos níveis de desigualdades e de pobreza. Para tanto, neste trabalho destacar-se-á a questão habitacional como um dos vieses de análise destas contradições. Conforme ONU-HABITAT (2012), a moradia ainda é um problema para muitos países da América Latina e Caribe, apesar da situação habitacional da população destes locais ter melhorado nos últimos 20 anos. De acordo

com o relatório “los gobiernos han dado pasos importantes para materializar el derecho a una vivienda digna, pero todavía hay graves deficiencias que impiden garantizar a todos un hábitat adecuado” (p.62).

Furtado, Lima Neto e Krause (2013), confirmam os estudos da ONU-HABITAT, pois identificam uma queda do déficit habitacional brasileiro entre os anos de 2007 e 2011. Não se pode, esquecer, no entanto, que apesar da diminuição este é um fato problemático que afeta milhares de famílias. Conforme os autores, 81% do déficit habitacional⁴ brasileiro se concentra nas cidades, sendo assim, um evento majoritariamente urbano. Fortaleza, segundo os autores, possui uma estimativa de déficit habitacional, para 2010, de 82.439 unidades habitacionais, ficando atrás de cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Salvador e Manaus, respectivamente.

A falta de casas, entretanto, é apenas um ponto da questão da habitação, pois ela envolve também o não acesso a infraestrutura e serviços básicos de boa qualidade nas proximidades de onde se mora. A desigualdade quanto ao acesso à habitação e a forma de habitar a cidade é uma das contradições da lógica capitalista, pois em locais bem próximos pode se deparar com habitações luxuosas e precárias, resultantes de uma mesma lógica de produção, a do capital. Assim, antes de se iniciar uma maior discussão sobre a moradia como uma problemática urbana se faz necessário entender o que é a cidade e a sua lógica de produção espacial. Para Pintaudi (2008), “em se tratando da sociedade capitalista, o espaço (particularmente sua apropriação, ocupação e produção) é a condição e o meio pelo qual o capitalismo se reproduz” (p.121).

Topalov (*apud* ALFONSO R., 2005) entende que a cidade é fruto do capitalismo, decorrente da ação do Estado e da classe dominante, a qual o Estado também representa. O autor apreende a cidade como a materialização e a socialização dos interesses do capital, que comanda a dinâmica socioespacial urbana. Desse modo, para Topalov, a cidade é:

(...) una forma de socialización capitalista de las fuerzas productivas. Ella misma es el resultado de la división social del trabajo y es una

⁴ Entende-se déficit habitacional “como a noção mais imediata e intuitiva de necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação detectados em certo momento” (BRASIL, 2011, p.15).

forma desenvolvida de la cooperación entre unidades de produção. En otros términos, para el capital el valor de uso de la ciudad reside en el hecho de que es una fuerza productiva, porque concentra las condiciones generales de la producción capitalista. Estas condiciones generales son, a su vez, condiciones de la producción y de la circulación del capital, y de a producción de la fuerza de trabajo. Son, además, el resultado del sistema espacial de los procesos de producción, de circulación, de consumo; procesos que cuentan con soportes físicos, es decir, objetos materiales incorporados al suelo (los inmobiliarios) (TOPALOV, 1979, p.13-20 *apud* ALFONSO R., 2005, p.167-168).

A cidade, deste modo, acompanha a lógica capitalista na sua produção, seja na concentração e aglomeração de empresas e pessoas, seja na própria dinâmica de produção e organização espacial. A cidade é um produto social, construído no decorrer do tempo, assim ela tem consigo as marcas de cada sociedade em determinada temporalidade, entretanto, a lógica de produção segue, em especial, os ditames capitalistas.

Abramo (2012) afirma que nos países latino-americanos, a produção da cidade moderna é resultado de duas lógicas de coordenação social: a do Estado e do capital, e a da necessidade, movida pelos moradores. Essas diferentes lógicas atuando sobre o espaço urbano produzem as cidades conforme seus interesses, resultando em grandes desigualdade internas, valorização de áreas e marginalização de outras.

Esta ideia se assemelha com a visão de Lefebvre (2001), pois o autor também percebe estas diferenças no interior da cidade, entendendo-as como o ambiente das diferenças. Estas se revelam por meio dos conflitos de classes, em que cada uma luta por seus interesses, que, afinal, convergem ao uso da cidade de acordo com suas necessidades e desejos. Ressalta-se que os conflitos se mostram em várias esferas, mas em especial, no consumo. O acesso limitado de grande parcela da população a alguns bens de consumo, dentre eles a habitação, é gerador de grandes males nas cidades.

A moradia é uma necessidade humana e possui como suas funções essenciais o abrigo e o local de descanso. Barbosa (2009) entende a habitação não só a casa como estrutura física, mas também as relações que se estabelecem com origem nelas, tais como a vida em comunidade e o uso dos espaços da cidade, possuindo, assim, a habitação uma influência direta nas

relações estabelecidas na urbe. O habitar, deste modo, seria o uso da habitação aliado aos demais locais e habitantes da cidade.

Lefebvre (1999) discute a relação e as diferenças entre o habitat e o habitar, onde o primeiro não passa de uma necessidade biológica, referente ao comer, dormir e reproduzir; já no segundo, refere-se ao espaço vivido, cujas relações estabelecidas entre a casa, o morador e o seu entorno social são constituídas pelas relações sociais e de poder. O autor faz uma crítica ao conceito de habitat, ressaltando o conceito de habitar, isto é, “no reino do habitat, desapareceu do pensamento e deteriorou-se fortemente na prática o que fora o habitar” (p.80).

Na metrópole, as constantes mudanças redefinem sempre o ato de habitar, ou seja, “o sentido dado pela reprodução da vida, tratando-se do espaço concreto dos gestos, do corpo, que constrói a memória, porque cria identidades, através dos reconhecimentos, pois aí coabitam objetos e o corpo” (CARLOS, 2004, p.119). Tendo como referência as ideias de Lefebvre, Carlos salienta que o habitar não se restringe ao morar, mas diz respeito ao viver na cidade, pois o cidadão tem o direito à casa, à rua, ao bairro e aos demais lugares da cidade. Esse direito, no entanto, não é assegurado. A cidade é apropriada de forma desigual pelos diferentes grupos da sociedade. O habitar no sentido completo não acontece segundo Lefebvre.

Este não direito à habitar a cidade em sua totalidade está na restrição do acesso a casa que se estende ao restante dos espaços da cidade. Este processo é gerador assim de um outro fenômeno, o da segregação socioespacial. Abramo (2012) identifica algumas peculiaridades quando se refere a habitação, e suas implicações no mercado imobiliário. Para o autor, as distinções entre a casa e as demais mercadorias geram uma lógica de produção espacial que resulta na mobilidade de segmentos sociais pela cidade, no entanto, de segmentos que podem pagar por imóveis, muito destes, situados em locais mais afastados da grande massa trabalhadora. Abramo apresenta, assim, as singularidades da casa enquanto mercadoria:

Sus tres principales características distintivas son: i) la inmovilidad territorial del bien inmobiliario; ii) su alto valor individual; y iii) su largo periodo de depreciación. Cada una de estas características implica un problema para la reproducción del capital inmobiliario. La inmovilidad impide que ese bien, producido sobre un soporte locacional

específico, sea eventualmente trasladado a otro mercado-localización (barrio, ciudad, país). El alto valor individual del bien inmueble impone que la demanda asuma un compromiso de sus rendimientos familiares futuros, pues la adquisición del bien inmueble, en general, involucra una decisión de endeudamiento familiar. Y el largo periodo de depreciación, setenta años en promedio, es un factor que condiciona, en el corto y el mediano plazo, el retorno de la demanda atendida en el mercado, lo que condiciona, por lo tanto, la demanda habitacional a fenómenos de tipo demográfico (ciclo familiar, migraciones, etcétera) (ABRAMO, 2012, p.58).

Deste modo, a cidade vai se organizando conforme o mercado e se dividindo em territórios. Há o local de moradia da classe abastada, bem como, da grande massa trabalhadora, aos pobres e miseráveis tem-se as favelas e áreas vazias que aparentam não interessantes ao mercado imobiliário. Constitui-se, assim, paisagens contrastantes na cidade, onde a dinâmica e o modo de vida se diferem, que confirmam a habitação como a forma mais visível da segregação socioespacial no espaço urbano.

A Produção do espaço segregado

O espaço urbano está em ininterrupto processo de produção, sua transformação é permanente. A produção, entretanto, é realizada por diferentes sujeitos, como o Estado, os moradores e o capital⁵. Estas diferentes mãos vão moldando o espaço conforme seus interesses e necessidades vão criando uma cidade heterogênea, bem como, cheia de contradições.

Araújo (2010), adotando uma visão lefebvriana, entende o espaço

como produto da sociedade, o espaço contém as relações sociais que o produziram e, assim, ele estrutura as formas de reprodução dessas relações, portanto, o espaço corresponde à morfologia social. Então ele reage aos próprios movimentos da sociedade (p.24).

Conforme Lefebvre (2008), “de fato, toda sociedade produz ‘seu’ espaço ou, caso se prefira, toda sociedade produz ‘um’ espaço” (p.55), assim o espaço possui as características referentes àqueles que o produziram em determinado período histórico. O autor ainda alerta, que a produção do espaço historicamente “se vincula a grupos particulares que se apropriam do espaço

⁵ Carlos Nelson Ferreira Santos (1981) indica três atores que se destacam na produção do espaço da periferia, que, entretanto, podem ser considerados como sujeitos produtores de toda a cidade. Eles são “o Estado (instância ou instâncias do Poder Público influentes na escala local); o Capital (representado por empresas formalizadas grandes e pequenas ou mesmo por indivíduos); os Moradores (indivíduo-usuário ou grupos representativos de diversas ordens)”(p.28-29).

para geri-lo, para explorá-lo” (p.62). É a partir desta lógica diferenciada de apropriação e produção do espaço que se pode entender como ocorre a segregação socioespacial na cidade.

Barbosa (2009) entende a segregação socioespacial, fenômeno característico nas grandes cidades, como um processo no qual os grupos sociais tendem a se concentrar espacialmente em determinadas porções da cidade. Tem-se, portanto, uma apropriação diferenciada do espaço por parte dos seus habitantes.

Para Lefebvre (2001, p.94)

a segregação deve ser focalizada, com seus três aspectos, ora simultâneos, ora sucessivos: espontâneo (proveniente das rendas e das ideologias) – voluntário (estabelecendo espaços separados) – programado (sob pretexto de arrumação de plano).

Este fenômeno ocorre intermediado pelo Estado, que aliado ao capital atua em favor dos interesses da elite, instalando melhorias em seus bairros e afastando as favelas para a periferia, muitas vezes em locais sem as mínimas condições de moradia. O autor ainda completa que, mesmo em lugares onde a segregação social não apareça de forma aberrante, existe uma pressão para que isso aconteça. Lefebvre também destaca três critérios diferentes de análise do fenômeno da segregação: o ecológico, ao referir-se a favelas, pardieiros; os formais, concernente à deterioração dos signos e significações da cidade, e degradação do urbano por deslocamento de seus elementos arquitetônicos; e o sociológico, atinente a níveis e modos de vida e cultura. O autor, portanto, entende a segregação como um fenômeno que ameaça a vida urbana e destrói a morfologia da cidade.

Ressalta-se, que em algumas cidades, a distância entre habitações de segmentos com níveis de renda diversos foi resquício do período de desenvolvimento da indústria. Este processo, entretanto, resultou numa negação ao uso da cidade por parte dos moradores mais pobres, pois a população residente nas áreas mais afastadas do centro restringiu-se apenas a habitar uma parcela da cidade que, em geral, é marcada por uma série de problemas, como serviços, equipamentos e infraestrutura insuficientes para a demanda populacional.

Este fenômeno foi constatado anteriormente por Engels (1988) nas grandes cidades da Europa, que também já apresentavam uma crise habitacional durante o período áureo da industrialização. Na época, a imprensa europeia ocultava a natureza do problema habitacional, que era a exploração da classe operária. Além disso, constatou-se a falta de interesse da “indústria da habitação” em construir casas para a

BARBOSA, A.E.M. Habitação em Fortaleza: expressão da contradição urbana. Revista GeoUECE - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE, Número Especial, p. 55-71, dezembro de 2014. Disponível em <http://seer.uece.br/geoeuce>

população de baixa renda. Engels manifesta o processo de segregação socioespacial nas cidades industriais.

O resultado é que os trabalhadores vão sendo empurrados do centro das grandes cidades para a periferia, que as residências operárias e as pequenas residências em geral vão se tornando raras e caras e muitas vezes é mesmo impossível encontrá-las, pois nestas condições a indústria da construção, à qual as residências de aluguel elevado oferecem um campo de especulação muito melhor, só excepcionalmente construirá residências operárias (ENGELS, 1988, p.18).

A questão da segregação está, assim, ligada aos fatores renda e política. Sabatine (2004) identificou o fato de muitas famílias da classe média e alta preferirem localizações residenciais mais segregadas, por acreditarem que a exclusão de outros grupos sociais é um requisito para a revalorização de suas propriedades. Para Abramo (2001) “[...] para uma perspectiva marxista, o problema da escolha do lugar de residência não poderia ser reduzido exclusivamente às relações de mercado, ele remete à dimensão de força existente entre as classes sociais” (p.59-60).

Um ponto importante sobre a análise da segregação espacial nas cidades é que o preço da terra é um dos principais impulsionadores do processo de segregação no espaço urbano. A restrição de pessoas de baixa renda a alguns espaços da cidade, resulta num afastamento destas das áreas centrais. Isto é resultado, também de pressões promovidas pelo mercado, que em grande parte recebe apoio do Estado, para que os mais pobres deixem determinados setores da cidade, com explica Santos (2009):

A cidade é teatro de um sistema de pressões em que as classes altas e médias buscam ocupar os lugares já consolidados ou em via de consolidação em matéria de serviços e previamente ocupados pelos mais pobres, enquanto estes, sob a pressão do consumo, deixam-se seduzir pela perspectiva de uma melhoria financeira apenas momentânea e abandonam os lugares que ajudaram a valorizar indo se localizar mais adiante, em frações da cidade onde há menos amenidades (SANTOS, 2009, p.103-104).

Atualmente, as ocupações e loteamentos irregulares se multiplicam diariamente na periferia das cidades, abrigando a população de baixa renda, que vive em condições precárias, negando um de seus direitos básicos, a moradia, comprometendo sua qualidade de vida e aumentando o déficit habitacional brasileiro. A problemática habitacional influencia e é consequência

da organização e valorização do espaço urbano de Fortaleza, tal como ocorre em outras metrópoles.

Fortaleza e suas contradições

Em seu processo histórico de formação e organização, Fortaleza começa a se expandir a partir de seu centro. No século XX, a cidade apresenta inicialmente um crescimento da sua porção Oeste, em função do aparecimento das primeiras indústrias, no início dos anos de 1950. Conforme, Bernal (2004), era nessa região da cidade que se abrigava a burguesia local, que poucos anos depois migrou em direção a porção leste de Fortaleza. Com o passar dos anos, o bairro Aldeota, situado no setor Leste da cidade, se firmou (nos anos 1970) como local de habitação das classes média e alta.

É também no século XX, mas antes do processo de industrialização da cidade, que aparecem em Fortaleza os primeiros problemas referentes a habitação. Conforme Silva (1992), entre os anos de 1930 até 1950, surgem os seguintes aglomerados: Cercado do Zé Padre (1930), Mucuripe (1933), Lagamar (1933), Varjota (1945), Meireles (1950) e Papouquinho (1950). Segundo o autor, estes aglomerados com características de favela, em sua maioria, tiveram formação espontânea através de pequenos núcleos que, gradativamente, se transformaram em grandes assentamentos. Destaca-se que as primeiras favelas de Fortaleza localizavam-se próximas ao centro da cidade e dos locais de trabalho de seus habitantes. Em geral, ocupavam terrenos públicos ou privados, situados na periferia da cidade ou em áreas próximas à lagoas e rios, áreas de marinhas.

Após o processo de industrialização, fato aliado ao crescente processo de urbanização da cidade, a problemática habitacional tendeu a se expandir. Segundo Souza (2006), em 1970, Fortaleza contava 73 favelas⁶ e em 1991, existiam 313 favelas e 42 núcleos favelados⁷. Tal fato influenciou na organização espacial atual de Fortaleza, e, apesar das inúmeras intervenções do Poder Público e dos próprios moradores, a necessidade de habitação digna continua para grande parcela da população da cidade, pois conforme o último censo

⁶ Dados da SUDEC (Superintendência de Desenvolvimento do Estado do Ceará).

⁷ Dados da PROAFA (Programa de Assistência às Favelas).

demográfico existem 108.809 domicílios em áreas de aglomerados subnormais⁸ (IBGE, 2010).

O processo inicial de favelização da cidade está ligado, em grande parte, aos deslocamentos de lavradores sem terra e pequenos proprietários em direção à cidade devido à rigidez da estrutura fundiária, que lhes impedia o acesso à terra e aos outros meios de produção, sendo intensificado nos períodos de estiagem mais prolongados (SILVA, 1992, p.62). Deste modo, identifica-se a seca como um fenômeno relevante no aumento populacional da capital, pois o êxodo rural, ocorrido nos períodos secos, trouxe grandes levadas populacionais para cidade. Além disso, apesar do aparecimento das primeiras favelas ocorrer anteriormente ao processo de industrialização da cidade, não se pode negar que a vinda da indústria também agravou o problema. Percebe-se, assim, uma ligação entre os problemas das cidades e os do campo, como afirmava Engels e Lefebvre⁹.

Os conflitos pela questão da terra ganham destaque a partir da década de 1950. Em Fortaleza, neste período, existiam algumas favelas na zona de praia, como Pirambu, Zé do Padre e Mucuripe. É neste período, entretanto que as terras de marinha passaram a ganhar valor comercial, promovendo a expulsão de muitos moradores destes locais, bem como a disputa por terras entre especuladores e os moradores. “O Pirambu [...] foi um dos primeiros bairros populares de Fortaleza a sofrer tentativas de expulsão da área, seguidas de um grande movimento de resistência da população” (CARLEIAL; DIÓGENES; LIMA, 1991, p.60-61). A ocupação foi erguida em terrenos arenosos e dunas, áreas pouco valorizadas em Fortaleza, em meados do século XX, passando a zona litorânea a ser ocupada pela população de baixa renda (SOUZA, 1978). Em 1956, estes promoveram uma grande passeata contra a ação de grileiros (JUCÁ, 2000). Ação obteve êxito, no entanto, as comunidades localizadas no setor leste da cidade, como a do Mucuripe, apesar

⁸ “O Manual de Delimitação dos Setores do Censo 2010 classifica como aglomerado subnormal cada conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa” (IBGE, 2010).

⁹ Para Friedrich Engels, a questão da habitação é somente um aspecto subordinado de um problema central, o das relações entre a cidade e o campo, ou melhor, o da superação de sua oposição (LEFEBVRE, 2008, p.91).

das resistências, foram removidas para dar lugar a hotéis e restaurantes voltados para o turismo que se desenvolvia ainda timidamente nesta época.

Ressalta-se que neste conflito entre população e especuladores imobiliários está presente também a ação do Estado, um importante modelador do espaço. Na década de 1970, é importante destacar, o papel Estado na produção do espaço urbano de Fortaleza. Por meio de políticas habitacionais, na época financiadas pelo Sistema Nacional de Habitação (SNH) em conjunto com o Banco Nacional de Habitação (BNH), o Estado contribuiu com o processo de expansão da cidade. A partir desta década foram construídos, os grandes conjuntos habitacionais em Fortaleza, como Conjunto Prefeito José Walter (1972) e Conjunto Ceará (1976-78) (IPLANCE, 1979), em sua maioria, localizados em áreas distantes do centro.

A partir da década de 1970, também, a porção Sudeste da cidade começa a se expandir, inicialmente com a construção da Universidade de Fortaleza – Unifor (1973), o Centro de Convenções, a Imprensa Oficial do Ceará e a Academia de Polícia Militar do Ceará (SILVA, 2009) e, em 1982, o Shopping Center Iguatemi. De acordo com Silva (1992), neste período a construção de empreendimentos de grande porte passou a se localizar em terras periféricas, devido ao alto custo das terras mais centrais e à falta de lotes que abrigassem os grandes estabelecimentos. Ao mesmo tempo em que Fortaleza se expandia, ocorria já na década de 1980, “um crescimento vertiginoso das favelas e dos assentamentos irregulares” (BERNAL, 2004, p.154).

Posteriormente, Fortaleza passa por intenso processo de modernização, com obras de infraestrutura urbana voltada para o turismo, abertura de vias, dentre outros (BERNAL, 2004). Entretanto, este processo atinge em especial o setor Leste da cidade. A cidade passou, então, a ser entendida por estudiosos como Silva (1992) como dividida em Leste, parte habitada e frequentada pela classe abastada, e Oeste, local de habitação da grande massa trabalhadora, apresentando assim uma forma de segregação socioespacial na cidade. No entanto, estudos mais recentes revelam que o conflito entre a população com diferentes níveis de renda pelo uso da terra urbana ocorre em toda a cidade, pois em todo seu território residem ricos e pobres, embora ainda de forma

concentrada em bairros da cidade, em um misto de opulência e miséria, tal como observaram Araújo e Carleial (2003), a respeito das contradições socioterritoriais em Fortaleza.

Segundo Silva (2009), a procura por áreas na região Leste da cidade promoveu alterações espaciais que proporcionaram a supervalorização do solo, como nos bairros: Aldeota, Meireles, Praia de Iracema, Papicu, Bairro de Fátima e outros, o que caracteriza a Fortaleza do século XXI. Atualmente, os bairros melhor equipados de infraestrutura e serviços estão em grande parte localizados na parte Leste e Sudeste de Fortaleza, em contraste com os da parte Oeste, Sul e Sudoeste que continuam como local de moradia da massa trabalhadora, apresentando os bairros mais populosos da cidade, com concentração de favelas e conjuntos habitacionais. Silva (2009) descreve a realidade encontrada em alguns conjuntos habitacionais construídos pelo Estado, na tentativa de minimizar problema habitacional.

Os conjuntos, quase sempre são construídos em áreas isoladas. Apesar de possuírem os equipamentos tidos como básicos, como escolas, postos de saúde, posto policial e centro comunitário (estes últimos em alguns), os mesmos não funcionam na maioria das vezes. [...] Além da precariedade destes serviços que funcionam ou deveriam funcionar em instalações especiais, os moradores dos conjuntos reclamam muito da infraestrutura básica no que se refere ao abastecimento d'água, qualidade do revestimento das vias de acesso aos conjuntos, insuficiência da rede de esgoto sanitário, deficiência da rede de esgoto sanitário, deficiência da coleta de lixo, de policiamento etc, além da quase inexistência de comércio no local (SILVA, 2009, p.138).

Deste modo, Fortaleza abriga todas as diferenciações decorrentes de um arrasador processo de concentração de renda. De acordo com Carlos (2003, p.55) a “[...] produção espacial é diferenciada e contraditória, conferindo valores de uso e, conseqüentemente, formas de acesso diferenciado, logo segregados”. Campanário (1984) constata a divisão do espaço urbano em termos de serviços e equipamentos, revelando o ato de uma economia política comandada pelo Estado e agentes imobiliários:

Uma importante contradição do capitalismo urbano atual pode ser detectada. As classes populares dependem cada vez mais dos equipamentos e serviços públicos para sua reprodução. No entanto, a forma atual de suprir as comunidades de tais equipamentos e serviços traduz-se, imediatamente, numa altamente especializada divisão do espaço urbano que reserva suas unidades de reprodução

piores equipadas justamente para aqueles que são menos favorecidos em seus rendimentos (CAMPANÁRIO, 1984, p.29).

Neste cenário de negação ao habitar para uns e consumo do espaço para poucos, percebem-se as contradições do sistema capitalista, apoiado pelo Estado, e a afirmação da segregação socioespacial em Fortaleza. Reafirma-se, assim, o que Engels já identificara desde o século XIX, “que, portanto, por um lado, que há e sempre houve “crise da habitação” para os oprimidos e explorados; e, por outro, que essa questão da habitação não poderia ser resolvida pela burguesia (LEFEBVRE, 2008, p.91).

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão habitacional é um dilema enfrentado por milhões de pessoas em todo o mundo. No Brasil, aparece como problema social grave que se alastra, principalmente, pelo espaço urbano. Com o crescimento da cidade, o déficit habitacional apresentou maior perversidade na forma como atinge os setores mais pobres da sociedade.

Destaca-se que a definição de déficit habitacional, não significa apenas carência de casas, visto que existe grande quantidade de casas à venda no mercado imobiliário, podendo se constatar que não há falta de casas, mas, ao mesmo tempo inexistem casas para a população que está excluída do mercado imobiliário formal. Portanto, o que existe é um déficit de casas para parte do povo que não tem como pagar por este bem, estabelecendo-se uma relação direta entre tipo de moradia e renda.

Assim, para os mais pobres, resta a periferia da cidade, onde as terras são mais baratas, o que facilita o acesso a um teto. Este fato é resultado da forma como o capital produz a cidade, criando cada vez mais desigualdades socioespaciais e pobreza. Além disso, a forma como o espaço vem se organizando, permitiu a ocorrência do fenômeno da segregação socioespacial do espaço urbano.

A realidade fortalezense assemelha-se a outras cidades, no entanto, possui suas singularidades. Em seu processo histórico de produção espacial, Fortaleza apresentou uma mobilidade de segmentos populacionais com diferentes níveis de renda por seu território. A distribuição destes diversos

segmentos pelo espaço resultou numa cidade com concentração de renda em determinados bairros, no entanto, não impediu a presença de pessoas com baixo nível de renda como habitantes em bairros de classe média e alta, na forma visível de favelas.

Deste modo, o espaço urbano de Fortaleza se apresenta segregado, mas com a presença de enclaves de pobreza em área consideradas nobres, pois como afirma Silva (2009, p,134): “Em Fortaleza, ocorre o que é dominante noutras cidade, porém, é também comum a localização de favelas em áreas 'nobres'”. O habitar em Fortaleza continua, portanto, restrito e o direito à cidade negado a grande parcela do povo, ou conforme Engels, “aos oprimidos e explorados”.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, Pedro. **Mercado e ordem urbana**: do caos à teoria da localização residencial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: FAPERJ, 2001.

ABRAMO, Pedro . La ciudad com-fusa: mercado y producción de la estructura urbana en las grandes metrópolis latinoamericanas. In: **EURE** [en línea]. 2012, vol. 38, no. 114 [citado 2012-05-15], pp. 35-69. Disponível em: <http://www.eure.cl/numero/la-ciudad-com-fusa-mercado-y-produccion-de-la-estructura-urbana-en-las-grandes-metropolis-latinoamericanas/>. Acesso em: 28 mai. 2012.

ALFONSO R., Oscar A. La ciudad segmentada: una revisión de la síntesis espacial neoclásica. In: **Revista de Economía Institucional**, vol.7, n.13, Bogotá, 2005.

ARAÚJO, Ana Maria Matos; CARLEIAL, Adelita Neto. Oportunidade e miséria nos bairros de Fortaleza (Ceará/Brasil). In: **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidade de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Vol. VII, n. 146(030), 1 de agosto de 2003. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-117.htm>>. Acesso em: 30 jan. 2005.

ARAÚJO, Ana Maria Matos. **Fortaleza, metrópole regional**: trabalho, moradia e acumulação. Fortaleza: EdUECE, 2010.

BARBOSA, Anna Emília Maciel. **Questão da habitação**: territórios, poder e sujeitos sociais no Conjunto Vila Velha, Fortaleza, Ceará. Fortaleza: UECE, 2009. (Dissertação de Mestrado).

BERNAL, Maria Cleide Carlos. **A Metrópole Emergente**: a ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza. Fortaleza: UFC/ Banco do Nordeste do Brasil, 2004.

BLANCO JUNIOR, Cid. **As transformações nas políticas habitacionais brasileiras nos anos 1990**: o caso do Programa Integrado de Inclusão Social da Prefeitura de Santo André. São Carlos, 2006. Dissertação (Mestrado)

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO. **Déficit habitacional no Brasil 2008**. Brasília: Ministério das Cidades, 2011. Disponível em: <<http://www.fjp.gov.br/index.php/indicadores-sociais/deficit-habitacional-no-brasil>>. Acesso em: 30 jul. 2013.

CAMPANÁRIO, Milton de Abreu. O mercado de terras e a exclusão social na cidade de São Paulo. In: KRISCHKE, Paulo J. (Org). **Terra de habitação versus terra de espoliação**. São Paulo: Cortez, 1984.

CARLEIAL, Adelita Neto; ARAÚJO, Ana Maria Matos (Orgs). **Atlas de Fortaleza 2000**. Fortaleza: EdUECE, 2010.

CARLEIAL, Adelita Neto; DIÓGENES, Glória Maria; LIMA, Maria Cláudia Nogueira de. Movimentos Sociais Urbanos em Fortaleza: trajetória de um novo sujeito social. In: BRAGA, Elza Maria Franco; BARREIRA, Irllys Alencar Firmo (Orgs). **A Política da escassez**: lutas urbanas e programas sociais governamentais. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Stylus Comunicações, 1991.

CARLOS, Ana Fani A. **A cidade**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

CARLOS, Ana Fani A. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

ENGELS, Friedrich. **A questão da habitação**. São Paulo: Acadêmica, 1988.

IPLANCE – FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DO CEARÁ. Revisão da Política Habitacional para as populações de baixa renda. Fortaleza, CE, IPLANCE, 1979.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945-1960)**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000.

FURTADO, Bernardo Alves; LIMA NETO, Vicente Corrêa; KRAUSE, Cleandro. Estimativas do déficit habitacional brasileiro (2007-2011) por municípios (2010) . Nota Técnica. n.1. IPEA: Brasília, mai 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 jul. 2013.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. [Tradução de Sérgio Martins]. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. [Tradução: Rubens Eduardo Farias]. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. [Tradução: Margarida Maria de Andrade e Sergio Martins]. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

MARICATO, Ermínia. MetrÓpole, legislação e desigualdade. In: **Estud. av.** [online]. vol.17, n.48, 2003, pp. 151-166. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v_17n48/17n48a13.pdf> Acesso em: 22 jul. 2009.

ONU-HABITAT. **Estado de las ciudades de América Latina y el Caribe 2012.** Rumbo a una nueva transición urbana. Agosto del 2012. Disponível em: <http://www.onuhabitat.org/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=816&tmpl=component&format=raw&Itemid=18> Acesso em: 25 jul. 2013.

PINTAUDI, Silvana Maria. O consumo do espaço de consumo. In: OLIVEIRA, M.P.; COELHO, M.C.N.; CORREA, A.M. (Org). **O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas (II).** Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj, Anpege, 2008.

SABATINE, Francisco, Segregação residencial na cidade latino-americana: uma discussão de interpretação com relevância prática. In: ROJAS, Patrício Antônio Vergara. **Desenvolvimento endógeno: Um novo paradigma para a gestão local e regional.** Fortaleza: IADH, 2004.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira. Velhas novidades nos modos de urbanização brasileiros. In: VALLADARES, Lícia do Prado (Org.). **Habitação em questão.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SANTOS, Milton. **Metrópole Corporativa Fragmentada: o Caso de São Paulo.** 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

SILVA, José Borzacchiello da. **Quando os incomodados não se retiram:** uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza. Fortaleza: Multigraf, 1992.

SILVA, José Borzacchiello da. Formação Socioterritorial Urbana. In: Dantas, E.W.C.; SILVA, J.B.; COSTA, M.C.L. **Da cidade à metrópole: (trans)formações urbanas em Fortaleza.** Fortaleza: UFC, 2009.

SOUZA, Maria Salete de. Segregação Socioespacial em Fortaleza. In: SILVA, José Borzacchiello da.; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; ZANELLA, Maria Eliza; MEIRELES, Antônio Jeovah de Andrade (orgs). **Litoral e Sertão, natureza e sociedade no nordeste brasileiro.** Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006.

SOUZA, Maria Salete de. Fortaleza – Uma análise da estrutura urbana. In: **3º Encontro Nacional de Geógrafos – AGB.** Fortaleza, 19-17 jun. 1978.